ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 1ª VARA DO TRABALHO DE CONTAGEM – MG

JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO: FLÁVIA CRISTINA SOUZA DOS SANTOS PEDROSA

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Criação: Lei nº 6.563, de 19-9-1978
Data da instalação: 28-5-1979
Data de Implantação do PJ-e: 19-12-2012

Jurisdição: Contagem, Ibirité, Mário Campos e Sarzedo.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 26-3-2025, p. 2.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 15-05-2024

Às 9 horas do dia vinte e oito de abril de 2025, o Excelentíssimo Desembargador Dr. **Manoel Barbosa da Silva**, Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, deu início à Correição Ordinária presencial na 1ª Vara do Trabalho de Contagem, situada na Rua Joaquim Rocha, 13 – 2ºandar, na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Flávia Cristina Souza dos Santos Pedrosa**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Aline Diniz Ferreira Barros; os servidores Assudalia Soares de Souza Santos, Daniel Pimenta Vieira, Isabella de Lima Franca Sousa; Marcelo Altivo Alves, Maria Cláudia Mendes Santos, Maria Goret Gomes dos Santos Vieira, Rafael Rocha dos Santos e Renato da Silva Mitsuichi. Ausente a MM. Juíza do Trabalho Auxiliar da Vara, Dra. **Jordana Duarte Silva**, em licença médica; a servidora Raquel Paulino Garcia, em gozo de férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 582 processos distribuídos, neste ano, até o dia 22/04/2025, apurando-se a média de 8,43 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu, até o dia 22-04-2025, 34 cartas precatórias, sendo 16 executórias e delas 13 devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 828 processos na Instância Superior - 203 desses processos foram remetidos em 2025 até a presente data.

1.4. PROCESSOS COM O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO PARA ELABORAR SENTENÇA/DECISÃO – Há 115 processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. PROCESSOS AGUARDANDO LAUDO PERICIAL – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 10 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 279 mandados expedidos no PJe, no ano em curso, dentre os quais 47 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao

sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 8 processos sobrestados:

Em consulta ao Sistema de Gestão de Precedentes ("NUGEP NACIONAL"), constatou-se que não há processos sobrestados com Tema já julgados, com incidentes de Repercussão Geral.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO

1.8.1. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO NA FASE DE CONHECIMENTO:

(de 1º-1-2025 até 22-04-2025)
(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	215
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	443
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	135

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas:

Processos sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	51

Não há processos com mais de 300 dias sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução.

1.9. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO

Existem 830 processos em fase de execução, assim discriminados:
a) 636 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
b) 94 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.
Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2025 até 22/04/2025

No ano anterior, até dia 22/04/2024 - havia 832 processos na fase de execução, assim distribuídos:
a) 546 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
b) 286 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

TABELAS COMPARATIVAS DOS ANOS DE 2024 e 2025
(dados apurados em 2025 até o dia 22-04-2025)

Decisões na fase de execução:

	2024	2025
01-JANEIRO	40	42
02-FEVEREIRO	40	48
03-MARÇO	35	68
04-ABRIL	49	14
05-MAIO	40	
06-JUNHO	38	
07-JULHO	39	
08-AGOSTO	29	
09-SETEMBRO	40	
10-OUTUBRO	34	
11-NOVEMBRO	33	
12-DEZEMBRO	23	
Totais	**440**	**172**

Alvarás expedidos:

	2024			2025		
	PJE	SIF	SISCONDJ	PJE	SIF	SISCONDJ
01-JANEIRO	49	48		75	77	
02-FEVEREIRO	87	83	18	135	137	
03-MARÇO	88	88	19	113	111	
04-ABRIL	73	73	3	33	33	
05-MAIO	97	95				
06-JUNHO	121	120				
07-JULHO	136	136				
08-AGOSTO	91	90				
09-SETEMBRO	86	86				
10-OUTUBRO	77	73				
11-NOVEMBRO	90	90				
12-DEZEMBRO	80	80				
Totais	**1.075**	**1.062**	**40**	**356**	**358**	**0**

1.10. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 22-04-2025, existem 67 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	38

Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	22
Tutelas Provisórias Pendentes	7
Total	51

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 28-4-2025, havia 13 processos:

a) una por videoconferência (rito sumaríssimo): 3 processos;
b) inicial por videoconferência:1 processo;
c) instrução por videoconferência: 4 processos;
d) una (rito sumaríssimo): 2 processos;
e) inicial por videoconferência: 3 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010351/25, 0010308/25, 0012050/24, 0010316/25, 0011787/24, 0010957/24, 0010625/24.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Foram examinados os autos dos processos 0011872/24, 0010362/25, 0010391/25, 0010363/25, 0010366/25, 0010367/25, 0010251/25, 0010349/25, 0010051/25, 0010232/25, 0010971/21, 0002555/12, 0003023/12, 0001167/12, 0011186/22, 0011134/20, 0010987/23, 0011335/24, 0011634/24, 0011480/24, 0011955/24, 0011778/24, 0011143/24, 0010985/24, 0011742/24, 0011516/24, 0011935/24, 0010763/24, 0011695/24, 0010260/25, 0011794/24, 0011952/24, 0011961/24, 0011381/24, 0010782/24, 0010551/23, 0010724/24, 0011094/24, 0010615/24, 0011121/24, 0012061/24, 0010895/24, 0011484/23, 0010488/24, 0011185/23, 0010493/22, 0010553/22, 0010328/23, 0010475/15, 0010965/24, 0010440/24, 0011215/21, 0011025/23, 0011118/23, 0010563/24, 0010143/24, 0010238/24, 0010334/23, 0012115/24, 0012001/24, 0011969/24, 0010254/25, 0010074/25, 0010142/25, 0010313/25, 0010113/25, 0010244/25, 0010216/25, 0010346/24, 0010207/25, 0011010/24, 0010975/24, 0010640/24.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

0011634/24, 0011480/24: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;

0010349/25: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 69f1823 (mais de 10 dias);

0011484/23: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria para conclusão dos autos para decisão – Id 7233e59 (mais de 20 dias);

0010488/24: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 6a95af1 (mais de 10 dias);

0011185/23: excesso de prazo para cumprimento do mandado – Id afc8cdf (mais de 100 dias);

0010553/22: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria para conclusão dos autos para decisão – Id 04658fe (mais de 60 dias), Id c0fdf54 (mais de 10 dias);

0010475/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 445dee7 (mais de 10 dias), Id 77a9423 (mais de 10 dias);

0011118/23: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 73c3f4c (mais de 10 dias);

0010563/24: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria para conclusão dos autos para decisão – Id 1e7f52c (mais de 10 dias).

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se a existência de 7 ações civis públicas em tramitação.

Fase	Processo	Classe	Tarefa

Conhecimento	**0010661-49.2017.5.03.0029**	**Ação Civil Pública**	**Aguardando apreciação pela instância superior**
	0011059-20.2022.5.03.0029	**Ação Civil Pública**	**Aguardando apreciação pela instância superior**
	0011098-56.2018.5.03.0029	**Ação Civil Pública**	**Aguardando apreciação pela instância superior**
	0011412-65.2019.5.03.0029	**Ação Civil Pública**	**Aguardando apreciação pela instância superior**
Execução	**0010458-82.2020.5.03.0029**	**Ação Civil Pública**	**Arquivo**
Liquidação	**0010263-92.2023.5.03.0029**	**Ação Civil Pública**	**Aguardando prazo**

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se a existência de 9 ações civis coletivas em tramitação.

Fase	Processo	Classe	Tarefa
Conhecimento	**0010097-89.2025.5.03.0029**	**Ação Civil Coletiva**	**Aguardando audiência**
	0010968-56.2024.5.03.0029	**Ação Civil Coletiva**	**Conclusão ao magistrado**

	0011103-73.2021.5.03.0029	**Ação Civil Coletiva**	**Aguardando apreciação pela instância superior**
	0011194-61.2024.5.03.0029	**Ação Civil Coletiva**	**Aguardando prazo**
	0011223-14.2024.5.03.0029	**Ação Civil Coletiva**	**Aguardando prazo**
	0011373-92.2024.5.03.0029	**Ação Civil Coletiva**	**Aguardando prazo**
	0011980-08.2024.5.03.0029	**Ação Civil Coletiva**	**Análise**
Execução	**0010383-43.2020.5.03.0029**	**Ação Civil Coletiva**	**Cumprimento de Providências**
Liquidação	**0010388-60.2023.5.03.0029**	**Ação Civil Coletiva**	**Aguardando final do sobrestamento**

2.5. DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS EXISTENTES EM PROCESSOS ARQUIVADOS E/OU AINDA ATIVOS – De acordo com levantamento realizado pelo Núcleo Garimpo, constatou-se que não há, na unidade judiciária, débitos não efetivamente pagos em processos arquivados ou a existência de saldo em contas de processos ainda ativos.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA

Prazos médios da pauta em dias corridos

	2023	2024	2025
Procedimento sumaríssimo/Ordinário	46,726 dias	42,153 dias	47,659 dias
Instrução processo físico	0 dias	0 dias	0 dias
Instrução processo eletrônico	168,924 dias	140,181 dias	144,264 dias

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de pauta em dias úteis

	2023	2024	2025
Procedimento sumaríssimo	15	13	12 (13/05/2025)
Procedimento Ordinário	47	33	42 (25/06/2025)
Instrução	162	161	120 (14/10/2025)

DECISÕES/SENTENÇAS PROFERIDAS

Ano 2025, até o dia 22-04-2025, com 69 dias de expediente forense:

	2025	**Média dia/útil**
Julgados procedentes	13	0,188
Julgador procedentes em parte	192	2,783
Julgados improcedentes	56	0,812
Extintos com resolução de mérito	1	0,014
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	**262**	**3,797**
Extintos sem resolução de mérito	12	0,174
Arquivamento	67	0,971
Desistência	27	0,391
Outras decisões sem resolução de mérito	3	0,043
Total sem resolução de mérito	**109**	**1,58**
Decisões de conhecimento	**371**	**5,377**
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	**87**	**1,261**
Conciliações	**172**	**2,493**
Decisões de incidentes na liquidação/execução	**83**	**1,203**
Total	**732**	**10,609**

Ano 2024, com 236 dias de expediente forense:

	2024	**Média/dia útil**
Julgados Procedentes	58	0,246
Julgados procedentes em parte	636	2,695
Julgados Improcedentes	225	0,953
Extintos com resolução de mérito	2	0,008
Outras decisões com resolução de mérito	0	0

Total com resolução de mérito	921	3,903
Extintos sem resolução de mérito	82	0,347
Arquivamento	250	1,059
Desistência	101	0,428
Outras decisões sem resolução de mérito	21	0,089
Total sem resolução de mérito	454	1,924
Decisões de conhecimento	1.375	5,826
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	321	1,36
Conciliações	618	2,619
Decisões de incidentes na liquidação/execução	115	0,487
Total	2.429	10,292

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na unidade, as audiências são realizadas de segunda a quinta-feira, a partir das 8h15m. O intervalo entre as audiências é de 20 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 minutos para as iniciais de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções.

Informou, ainda, o Secretário da Vara do Trabalho, que a unidade faz uso efetivo do Sistema de Designação de Oitiva de Testemunhas por Videoconferência (SISDOV) e do Sistema de Cálculo Trabalhista do Processo Judicial Eletrônico (PJE-CALC), bem como realiza acessos periódicos ao Sistema Garimpo.

Em atendimento ao artigo 32, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara a magistrada que comparece presencialmente na unidade de segunda a quinta-feira.

Recomenda-se aos magistrados, quanto à residência, que cumpram a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantenham o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

Audiências realizadas em fevereiro de 2025, com 20 dias úteis:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	3	0,167
Conciliação em execução	25	1,389
***Encerramento de instrução**	6	0,333
Inicial / Inicial (rito sumaríssimo)	79	4,389
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução / Instrução (rito sumaríssimo)	90	5
Una / Una (rito sumaríssimo)	102	5,667
Total	299	16,611

TABELAS COMPARATIVAS DOS ANOS DE 2024 e 2025
(dados apurados em 2025 até o dia 22-04-2025)

Audiências realizadas:

		2024	2025
01-JANEIRO		107	154
02-FEVEREIRO		259	364
03-MARÇO		276	299
04-ABRIL		361	215
05-MAIO		282	
06-JUNHO		255	
07-JULHO		352	

08-AGOSTO	258	
09-SETEMBRO	273	
10-OUTUBRO	245	
11-NOVEMBRO	274	
12-DEZEMBRO	196	
Totais	**3.138**	**1.032**

Conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução:

		Conhecimento		Execução		Liquidação	
		2024	2025	2024	2025	2024	2025
01-JANEIRO		29	21	1	2	1	7
02-FEVEREIRO		52	70	5	9	7	10
03-MARÇO		59	47	3	7	7	10
04-ABRIL		87	42	3	2	11	7
05-MAIO		53		4		13	
06-JUNHO		60		7		7	
07-JULHO		67		4		24	
08-AGOSTO		60		5		10	
09-SETEMBRO		48		9		10	
10-OUTUBRO		55		10		10	

11-NOVEMBRO	51		6		13	
12-DEZEMBRO	53		8		4	
Totais	**674**	**180**	**65**	**20**	**117**	**34**

Sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento:

		2024	2025
01-JANEIRO		76	78
02-FEVEREIRO		145	143
03-MARÇO		163	157
04-ABRIL		238	165
05-MAIO		173	
06-JUNHO		156	
07-JULHO		177	
08-AGOSTO		209	
09-SETEMBRO		181	
10-OUTUBRO		154	
11-NOVEMBRO		131	
12-DEZEMBRO		190	
Totais		**1.993**	**543**

Despachos:

		2024	2025

01-JANEIRO	658	745
02-FEVEREIRO	892	886
03-MARÇO	948	698
04-ABRIL	1.122	406
05-MAIO	1.142	
06-JUNHO	1.131	
07-JULHO	1.176	
08-AGOSTO	1.156	
09-SETEMBRO	1.038	
10-OUTUBRO	950	
11-NOVEMBRO	830	
12-DEZEMBRO	629	
Totais	**11.672**	**2.735**

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que "nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados".

5. Produtividade

Movimentação Anual de Processos			
	2023	**2024**	**2025 (até 22-04-2025)**
Processos recebidos	1.709	1.995	582
Média por dia útil	7,4	8,45	8,43
Processos remanescentes do ano anterior - Fase de conhecimento - Itens e-Gestão (60, 61, 62, 65, 90060, 90061, 90062, 90065)	801	786	811
Sentenças anuladas	10	13	4

Total de processos para solução - Fase de conhecimento - Itens e-Gestão (26, 27, 29, 31, 32, 60, 61, 62, 65, 90026, 90027, 90031, 90032, 90029, 90060, 90061, 90062, 90065)	**2.520**	**2.794**	**1.397**
Processos solucionados - Fase de conhecimento - Itens e-Gestão (39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 90039, 90040, 90041, 90042, 90043, 90044, 90046, 90047, 90048, 90049)	1.689	1.993	543
Processos conciliados - Fase de conhecimento - Itens e-Gestão (39, 90039)	511	618	172
Produtividade	67,02%	71,33%	38,86%

Quanto ao número de processos, verificou-se que, em 2024, houve um aumento de 16,73%. Quanto à produtividade, verificou-se que, em 2024, houve um aumento de 4,3%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país. Instrumento eficaz de gestão, o IGEST pode ser utilizado como um balizador da vara na busca por melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. O IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2021-2026 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018, alterada pela Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 220, de 20 de janeiro de 2022.

MESOINDICADORES IGEST: (de 1º-1-2025 até 22-04-2025)

5.1.1 MESOINDICADOR ACERVO: O mesoindicador Acervo é composto pelos indicadores I01 – Idade Média do Pendente de Julgamento, I02 – Pendentes e I03 – Taxa de Conclusos com o Prazo Vencido.

I01 – Indicador Idade média do Pendente de Julgamento: representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, "são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano

2020	1	5,00
2021	3	4,00
2022	4	3,00
2023	23	2,00
2024	395	1,00
2025 – ano de referência	367	
TOTAL	793	0,59

I02 – Indicador Pendentes: representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	1.001

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	313

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	0
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	517

I03 – Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido: representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.
(fonte: e-Gestão)

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0

	prazo vencido	Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	135

5.1.2. MESOINDICADOR CELERIDADE: o mesoindicador Celeridade é composto pelos indicadores I04 – Prazo Médio na Fase de Conhecimento, I05 – Prazo Médio na Fase de Liquidação e I06 – Prazo Médio na Fase de Execução.

I04 – Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento: representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento. (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	536	164

I05 – Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação: representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	176	125

I06 – Indicador Prazo Médio Fase de Execução: representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	89	803
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	0	0

5.1.3. MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: o mesoindicador Produtividade é composto pelos indicadores I07 – Taxa de Conciliação, I08 – Taxa de Solução e I13 – Taxa de Execução.

I07 – Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento: representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.
(fonte: e-Gestão)

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	172
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	543

I08 – Indicador Taxa de Solução: representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.
(fonte: e-Gestão)

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	543
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	586

I13 – Indicador Taxa de Execução: representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.
(fonte: e-Gestão)

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	93
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	89

5.1.4. MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: o mesoindicador Congestionamento é composto pelos indicadores I09 – Taxa de Congestionamento no Conhecimento e I10 – Taxa de Congestionamento na Execução.

I09 – Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento: representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.
(fonte: e-Gestão)

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	1.001
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	520

I10 – Indicador Taxa de Congestionamento na Execução: representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.
(fonte: e-Gestão)

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	517
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	96

5.1.5. MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO

I11 – Indicador Produtividade por Servidor: representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.
(fonte: e-Gestão)

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	520
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	96
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045,	11

	2053, 2061 e 2412	

I12 – Indicador Pendentes por Servidor: representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.
(fonte: e-Gestão)

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	1.001
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	517
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	11

5.1.6. PERFIL DA VARA DO TRABALHO

Perfil da Vara do Trabalho			**Contagem - 01a Vara**			
Indicadores / Período de referência		**Ano 2023 01/01/2023 a 31/12/2023**	**1º trim 2024 01/04/2023 a 31/03/2024**	**2º trim 2024 01/07/2023 a 30/06/2024**	**3º trim 2024 01/10/2023 a 30/09/2024**	**4º trim 2024 01/01/2024 a 31/12/2024**
Indicadores	**I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)**	**0,14**	**0,70**	**0,46**	**0,24**	**0,12**
	I02 - Pendentes	**2.054**	**2.014**	**1.944**	**1.989**	**2.038**
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	**0,00**	**0,00**	**0,78**	**0,00**	**0,00**
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	**206,03**	**186,43**	**170,45**	**169,98**	**156,13**
	I05 - Prazo médio no cumprimento de sentença (em dias)	**714,06**	**692,69**	**678,35**	**613,85**	**522,80**

	I06 - Taxa de conciliação (%)	34,81	39,47	42,97	38,77	41,58
	I07 - Taxa de solução (%)	98,25	92,68	98,51	103,25	99,25
	I12 - Taxa de extinção (%)	63,66	67,23	66,25	71,46	76,57
	I08 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	38,05	36,29	33,12	32,33	31,86
	I09 - Taxa de congestionamento no cumprimento de sentença (%)	51,24	47,29	46,31	46,15	46,19
	I10 - Produtividade por servidor	241,73	264,00	276,55	289,64	300,18
	I11 - Pendentes por servidor	186,73	183,09	176,73	180,82	185,27
Meso	Acervo	0,34	0,42	0,69	0,40	0,39
	Celeridade	0,56	0,55	0,57	0,58	0,56
	Produtividade	0,51	0,55	0,49	0,48	0,54
	Congestionamento processual	0,61	0,56	0,53	0,55	0,55
	Força de trabalho	0,46	0,43	0,40	0,40	0,40
Macro	IGEST	0,4956	0,5021	0,5367	0,4825	0,4868
Posição IGEST		105	109	118	101	101
Movimentação processual		1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000	2001 a 2500

6. ARRECADAÇÃO – Ano 2024

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valores pagos aos reclamantes por execução, acordo ou pagamento espontâneo
R$4.932.846,65	R$1.317.819,42	R$30.599.728,69

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 1/2014, que trata da proibição de atendimento processual às partes, advogados e terceiros interessados por telefone; 1/2015 sobre o procedimento para fornecimento de peças físicas no PJe; 2/2018 que regulamenta a prática de atos meramente ordinatórios; 3/2018 que regulamenta o envio de notificações com aviso de recebimento - AR, às expensas da parte interessada; 1/2021, dispondo sobre a juntada de arquivos de áudio e vídeo aos processos que tramitam no PJe, disciplina sua utilização e dá outras providências; 3/2021 – estabelecendo os procedimentos para realização da Autoinspeção na Vara do Trabalho de Iturama/MG, nos termos Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 13, de 18 dezembro de 2020; 1/2023, tratando da Autoinspeção e a 1/2024 que estabelece procedimentos para realização da Autoinspeção na Vara do Trabalho de Iturama/MG, nos termos Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 13, de 18 dezembro de 2020.

8. FERRAMENTAS ELETRÔNICAS DE PESQUISA PATRIMONIAL – Durante a correição, constatou-se que a unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor examinou 80 autos de processos, sendo que foram encontrados 7 excessos de prazo.

Foram encontrados 3 excessos de prazo em 2024.

Pje

Escaninho de petições não apreciadas: 75 (mais antiga em 22-4-25)
Prazo vencido: 28 (desde 21-4-25)
Processos arquivados sem extinção da execução: o sistema encontra-se em manutenção, impossibilitando a apuração de dados.

10. Gestão Estratégica – Os resultados das metas 2024 estão disponíveis, para fins de conferência e acompanhamento, no seguinte endereço eletrônico:
https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZThlNGEyYTUtNGI5MS00Y2NkLWFiZmYtMjNjNmNlYzdiZTI4IiwidCI6ImNjZDk5MTdlLWNiNDctNDJhNS1hMjYyLWUyMjcyZGNlZjZhYiJ9

Meta 1: O glossário das Metas Nacionais e o painel de acompanhamento dos resultados processuais ainda não foram disponibilizados para o ano de 2025.

Em 2024, a Meta Nacional 1: Índice de Processos Julgados (IPJ) era "Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente".

Cláusula de barreira: Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento do Justiça em Números, em 2024, menor que 40%.

Finalidade: aferir o percentual de processos julgados em relação ao número de processos distribuídos no período de referência, inclusive os processos de anos anteriores que passaram a se enquadrar nos critérios da meta e não possuíam julgamento, de modo a diminuir o acervo processual.

Critério de cumprimento:
A meta estará cumprida se, ao final do ano:
• O percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%; ou
• O percentual de cumprimento for inferior a 100%, mas o indicador Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento do Justiça em Números, em 2024, for menor que 40%.

A unidade atingiu Índice de Processos Julgados (IPJ) de 100,5% e obteve Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento (TCLC) de 31,63% (inferior a 40%, índice equivalente à cláusula de barreira).

Conclui-se, portanto, que a meta foi cumprida.

Meta 2: O glossário das Metas Nacionais e o painel de acompanhamento dos resultados processuais ainda não foram disponibilizados para o ano de 2025.

Em 2024, a Meta Nacional 2: Índice de Processos Antigos Julgados (IPAJ) era "Identificar e julgar, até 31/12/2024, pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022".

Finalidade: aferir o percentual de processos antigos julgados em relação ao número de processos antigos distribuídos até o período de referência, de modo a diminuir o acervo processual.

Critério de Cumprimento: percentual de cumprimento da meta por período de referência =
(Processos antigos julgados (2022) / Processos antigos distribuídos líquidos (2022)) x (1000/9,3)
E
(Processos antigos julgados (2020) / Processos antigos distribuídos líquidos (2020)) x (1000/9,8) A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100% nos dois indicadores.

Em relação ao primeiro critério, a unidade atingiu IPAJ de 99,62%, tendo alcançado um índice de cumprimento da meta de 107,12%.

Por seu turno, em relação ao segundo, atingiu IPAJ de 100,00%, tendo alcançado um índice de 102,04% de cumprimento da meta.

Conclui-se, pois, que a meta foi cumprida.

Meta 3: O glossário das Metas Nacionais e o painel de acompanhamento dos resultados

processuais ainda não foram disponibilizados para o ano de 2025.

Em 2024, a Meta Nacional 3: Índice de Conciliação (IC) era "Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2021/2022 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação".

Finalidade: aferir o percentual de processos solucionados por conciliação em relação ao total de processos solucionados, com vistas a reduzir a demanda judicial por meio da adoção de soluções consensuais para os conflitos.

Critério de Cumprimento: a meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 38% da cláusula de barreira.

A unidade atingiu IC de 40,931%, tendo atingido a meta estabelecida para 2024 (43,08%) mas atingiu percentual superior àquele estabelecido para a cláusula de barreira (38%).

Conclui-se, pois, que a meta foi cumprida.

Meta 5: O glossário das Metas Nacionais e o painel de acompanhamento dos resultados processuais ainda não foram disponibilizados para o ano de 2025.

Em 2024, a Meta Nacional 5: Taxa de Congestionamento Líquida Não Fiscal era "Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2023". Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Cláusula de barreira:
- Taxa de Congestionamento Líquida de Processo de Conhecimento (TCLC) em 2024 ≤ 40%
- Taxa de Congestionamento Líquida de Execução Não Fiscal (TCLEXNFISC) em 2024 ≤ 65%

Obs.: são necessárias as duas condições em conjunto.

Finalidade: aferir o percentual de processos que, no período de 12 meses, permaneceu em tramitação sem solução definitiva. São desconsiderados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório e as execuções fiscais.

Critério de Cumprimento: a meta estará cumprida se, ao final do ano:
- os percentuais de TCL forem inferiores às cláusulas de barreira estabelecidas;
- ainda que não atingidas as cláusulas de barreira, o percentual de cumprimento for maior ou igual a 100%.

A unidade obteve TCLC de 31,86% e TCLE de 31,46%, ou seja, taxas inferiores às respectivas cláusulas de barreira (40% e 65%).

Conclui-se, pois, que a meta foi cumprida.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e artigo 20, da Resolução nº 435, de 28-10-2021, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que seja observada a publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção e seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, bem como suas alterações que dispõem sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, também, seja (m):

1) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes nos Painéis Interativos de Business Intelligence (BI), quais sejam: Painel das Metas Nacionais do CNJ, Painel do IGEST, Painel de Produtividade, Painel de Processos Aptos para Julgamento e Painel da Meta 9 do CNJ (Agenda 2030), disponíveis em https: //portal.trt3.jus.br/internet/institucional/gestao-estrategica/analise-de-dados/principal;

2) observados os lançamentos no PJe de acordo com o e-Gestão – 1º Grau, bem como suas atualizações, disponíveis na intranet – manuais e orientações – magistrados e servidores – 1) e-Gestão;

3) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 1/2021 que recomenda "aos Juízes Titulares e Substitutos, em exercício na Primeira Instância, na capital e no interior que promovam a ampliação da pauta de audiências em ao menos 50 % do quantitativo habitual de audiências realizadas na respectiva vara do trabalho, nos períodos em que houver designação de juiz auxiliar para atuar conjuntamente com o magistrado responsável pala unidade judiciária";

4) cumprida a Resolução Conjunta GP.GCR.GVCR N. 211/2021, que regulamenta a utilização do Sistema de Designação de Oitiva por Videoconferência (SISDOV), em cartas precatórias, para a oitiva de testemunhas, partes e auxiliares da justiça;

5) cumprida a Resolução Conjunta GP/GVP1/GCR/GVCR N. 203 de 13 de setembro de 2021 que dispõe sobre a adoção do Fluxograma Paradigma de Liquidação e de Execução, disponível na intranet deste Regional, em serviços – execução paradigma – fluxos de trabalho, modelos de documentos e POPs;

6) utilizado o acesso de forma automática com perfil amplo para magistrados e secretários de Vara do Trabalho ao Sistema Garimpo, para consulta às contas de depósitos judiciais e recursais em processos arquivados a partir de 15/02/2019, para fins de pagamento de execuções pendentes, nos termos da competência prevista na Resolução Conjunta GP/GCR n. 136/2020. O cadastro de outros servidores poderá ser concedido para acesso restrito a processos da própria unidade, por meio de solicitação do magistrado à Secretaria de Suporte e Atendimento (SESA) da Diretoria de Tecnologia de Informação e Comunicação (DTIC);

7) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 108 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e inciso III do artigo 108 do Provimento Geral Consolidado deste Regional. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que "os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação", frisando-se que "para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos", nos moldes do § 1° do referido artigo;

8) proferidas sentenças líquidas na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos "Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos", envidando esforços para que, no mínimo 10% das sentenças prolatadas no mês, por juiz, sejam líquidas, realizadas pelo sistema do PJe-Calc, em cumprimento ao contido na ata de correição realizada neste Regional pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, no ano 2021, conforme recomendado por meio do Ofício Circular Conjunto N. GCR/GVCR/15/2021;

9) observadas as diretrizes na realização do juízo de admissibilidade dos recursos, conforme artigo 32, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

10) observado o correto lançamento dos dados nos sistemas garantindo a fidedignidade das informações estatísticas disponibilizadas no Sistema e-Gestão, conforme Recomendação n°1/GCGJT, de 19 de outubro de 2022;

11) esclarecidas quaisquer dúvidas sobre o IGEST e as Metas Nacionais do CNJ, assim como a geração de dados adicionais, por meio da abertura de chamado na Intranet do TRT3 via

Portal CSTI (Sistemas>ABERTURA DE CHAMADOS TI E PJE – PORTAL CSTI>Página Inicial > Estatística) ou pelo link (https://portalcsti.trt3.jus.br/assystnet/#services/227), atendimento que será prestado pela Divisão de Estatística e Análise de Dados (DESTAD) da Secretaria de Governança e Estratégia (SEGE);

12) utilizada regularmente pelos magistrados e servidores, a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância – WIKI-VT na tramitação dos processos", conforme Ofício Circular SECVCR/7/2023, de 5 de maio de 2023. A ferramenta pode acessada por meio do link (https://fluxonacional.jt.jus.br/index.php/Especial:Autenticar-se), mediante login (CPF) e senha. No primeiro acesso, deve-se clicar em "Esqueceu sua senha?", para receber por e-mail uma senha provisória e utilizá-la para fazer o login no sistema e cadastrar a senha definitiva;

13) cumpridos os Ofícios-Circulares n. CGJT/30/2023 e n. GCR/34/2023, que dispõem sobre arquivamento definitivo do processo de execução no âmbito da Justiça do Trabalho, conforme o art. 129 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral, procedimentos contrários, verificados principalmente em reunião de execuções, expedição de precatórios, homologações de acordo e expedição de certidões para habilitação em recuperação judicial/falência, geram efeitos deletérios, porque, além de criarem um desvio estatístico, também implicam prejuízo às Varas do Trabalho e aos magistrados que observam as normas de regência. Para as hipóteses mencionadas deve-se utilizar movimentos próprios: 50127 – Suspenso o processo por reunião de processos na fase de execução (Processo principal nº número do processo); 50142 - Suspenso o processo por falência ou recuperação judicial; e 11014 - Suspenso ou sobrestado o processo por convenção das partes para cumprimento voluntário da obrigação (até que o PJe adote o movimento 15238 - Suspenso o processo por homologação de acordo ou transação);

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda seja (m):

1) exarados os despachos quando do exame de documentos e do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;

2) ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;

3) inseridos em pauta os processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas constantes da tabela do item 1.8 desta Ata;

4) saneados os processos incidentais, conforme apurado no item 1.10 desta Ata;

5) envidados esforços para o cumprimento da **Meta 1 CNJ/2025: Julgar mais processos que os distribuídos** – julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente; **Meta 2 CNJ/2025: Julgar processos mais antigos** – identificar e julgar até 31/12/2024: pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais; **Meta 3 CNJ/2025: Estimular a conciliação** – Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual à média do biênio 2021/2022, no mínimo, 38% de conciliação e da **Meta 5 CNJ/2025**: **Reduzir a taxa de congestionamento** – Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2023. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40%. Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

6) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, quando liberado pela unidade responsável, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

7) diante da obrigatoriedade instituída pela Resolução CNJ n. 455, de 2022, e pela Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral de Justiça, recomenda-se que a notificação inicial/citação das pessoas jurídicas cadastradas no Domicílio Judicial Eletrônico seja necessariamente realizada por este meio.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2024:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) exarados os despachos quando do exame de documentos e do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é "Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania."

Partícipe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional

incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link http://www.agenda2030.org.br/ods/16/, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em "ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão", segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 11 (onze) horas do dia vinte e oito de abril de 2025, em sessão pública presencial, nos termos do Edital n. 53, divulgação no DJe 26-3-2025, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor, pela MMa. Juíza Titular da Vara e pela Secretária da Vara. Prestaram assistência direta ao Excelentíssimo Desembargador Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, acima nominado, os servidores Amir Ferreira Júnior, Flávio Mário Fonseca, Rômulo Soares Valentini e Paulo Vinícius de Faria Pereira.

Manoel Barbosa da Silva
Desembargador Corregedor do TRT/3ª Região

Flávia Cristina Souza dos Santos Pedrosa
Juíza do Trabalho Titular da Vara

Aline Diniz Ferreira Barros
Secretária da Vara do Trabalho

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria